

Porque o icms* não é aplicável à sessão de psicanálise?

Charles Melman

Nós, psicanalistas, nos interessamos pela economia e uma vez mais, muito amigavelmente, com uma preocupação muito compreensível, não deixaram de nos mostrar os riscos que havia nisso. Pode-se talvez objetar a essa observação o fato de que para fazer isso não nos faltam referências válidas: existia assim, na Escola Freudiana, um domínio “das ciências afins” que aliás jamais foi explorado, por razões que não nos importam aqui; acredito que se pode seguramente considerar que a economia pertence a essas ciências afins que nos interessam, “ciências afins” à psicanálise.

Por quê?

É seguramente a única ciência dita do homem cujo postulado é que o que faz o laço social, é o interesse dos contratantes; não dizemos o desejo mas o interesse deles; eles não procuram nesse laço social, nada mais que a satisfação de seus interesses recíprocos. Vemos já o quanto, articulando assim, isso está efetivamente próximo da articulação que é específica da psicanálise. O problema,

*No original, *Taxe à la Valeur Ajoutée*: taxa de valor adicionado, imposto sobre circulação de bens e serviços, semelhante, aproximadamente, ao nosso ICMS (N. dos E.).

evidentemente, gira em torno da questão: qual o interesse que faz com que não sejamos economistas, mas psicanalistas.

Quando abrimos uma obra de economia, vemos o seguinte: há uma definição padrão da economia. Lamento que não tenhamos perguntado aos especialistas muito brilhantes que aceitaram vir falar para nós, se eles tinham melhores definições. Há uma em todo caso que é padrão e que diz que a economia é “a ciência da produção e da distribuição dos bens”. Quando se lê isso, eventualmente com uma atenção de psicanalista, não se pode deixar de ficar violentamente traumatizado por uma tal definição, pela razão que a questão não é colocada do lugar de onde uma tal definição pode se articular. De onde é que se diz isso? A questão não é nem mesmo de saber por quem, mas de onde, de qual lugar se pode dizer uma tal coisa. De qual lugar ela pode ser assim comandada, uma vez que é preciso observar imediatamente nessa definição uma forclusão radical do sujeito?

Por outro lado, o próprio indivíduo, se ele procura situar seu lugar nessa definição, onde está ele? Pois não falo mais do sujeito, falo simplesmente do agente econômico. Onde está ele? Ele não pode estar senão entre os bens, como aliás a ciência econômica diz desde o seu nascimento, quer dizer, desde Adam Smith, o próprio homem não está nela senão como uma mercadoria igual às outras, ou seja, o que se chama “um bem” entre outros. Mas isso é apenas uma primeira razão de se chocar, pois se prestamos um pouco de atenção a cada um dos termos dessa fórmula, “produção” e “distribuição dos bens”, nos damos conta bem rapidamente que são todos mentirosos, que não há um único que possa ser apreciado como tal para essa ciência, e vemos isso muito rapidamente quando consideramos esse ponto essencial que são “os bens”, pois nesse caso eles é que seriam determinantes. Mas é evidente que aqui, o termo “bens” vale apenas como metafórico, como referência a temas, a conceitos filosóficos, porque o que se acha produzido não toma lugar no mercado enquanto portador de um bem qualquer; o que é produzido não toma lugar no mercado senão enquanto valor de troca. A questão de saber se é um bem ou se não é, certamente não pode intervir senão em relação a um valor moral, a um valor estético, mas eminentemente discutível; em todo caso, o que é efetivamente produzido e que vai se chamar metaforicamente

com o termo de “bens”, são valores de troca e esses valores de troca apresentam a característica seguinte, que é essencial, é que não são homologados, reconhecidos como tais, senão retroativamente. Não basta que eu monte uma fábrica e que me ponha a produzir valores de troca para que isso aconteça, é preciso ainda, que quando colocados no mercado, sejam reconhecidos como valores de troca, quer dizer, que alguns tenham vontade de trocar contra o que proponho um outro valor de troca, eventualmente um padrão monetário; a priori, não posso nem mesmo saber se o que ponho no mercado será reconhecido como valor de troca. São portanto valores de troca com a condição de serem reconhecidos, ou como objetos de troca, ou como objetos cujo valor de troca é reconhecido retroativamente.

Tomemos o termo *produção*. Será que se trata de produzir esses valores de troca? Será que é esse o objetivo da economia? Na realidade, sabemos que na economia que é a nossa, ou seja, a economia capitalista, não se trata absolutamente de produzir. Trata-se de acumular, e é isso que dá o sentido de nossa economia. Que essa acumulação passe eventualmente por uma produção, por que não, mas a produção de certa forma é aqui de acréscimo; ela é acessória, o objetivo não é tanto de produzir, a produção é apenas um meio para acumular uma certa quantidade de valores de troca. Quanto à distribuição também não é preciso evocar que não podemos de forma alguma assimilar o comércio ao que seria uma distribuição, pois mesmo se esse termo intervém para definir o comércio, sabemos que de fato, a repartição do que é produzido se faz segundo as regras de uma concorrência, que é precisamente um dos interesses, uma das características, se assim posso dizer, de nossa sociedade.

Para seguir, se retomamos portanto os temas da economia de mercado no que a fundaria como ciência, não podemos deixar de ficar inquietos, pois uma tal fórmula só pode ser dita de um lugar perfeitamente desencarnado; lugar enigmático de onde de certa forma se daria a ver o espetáculo do mundo, e onde eu não seria tratado efetivamente senão como um vulgar valor de troca qualquer, e isso num processo que, acabo de tentar mostrar, é radicalmente mentiroso; a questão desde então é de saber o que ele esconde.

Se dizemos então de maneira muito mais simples que a economia de mercado tem por postulado que não há nada no mundo que não seja objeto de troca, que não há nada que não se venda nem se compre, e portanto ao mesmo tempo nada nem ninguém evidentemente, parece que escrevendo assim o postulado da economia de mercado talvez estejamos próximos, ao mesmo tempo do que seria a verdade de seus princípios e do que permite a nós psicanalistas intervir, para dizer que não é inteiramente exato. Não é inteiramente exato e justamente, o que especifica nossa atividade, é poder dizer que esse postulado da economia de mercado, segundo o qual tudo seria objeto de troca, é falso. Sabemos, com efeito, e é isso que para nós continua a ser enigma e interrogação, que o que vale para nós como padrão de gozo e o que manifestamente faz com que haja outros gozos possíveis, o que abre o mundo e o acesso dos diversos gozos negociáveis, é o gozo fálico; ora, este se instala por um mecanismo que nos esclarece quanto ao processo da troca e nos mostra ao mesmo tempo que ele não responde a tudo. Ele nos esclarece primeiro quanto ao processo da troca mostrando que não teríamos a mínima idéia do que pode ser uma troca, – e sabemos que há populações que continuam afastadas disso, mesmo sofrendo aliás, – se não tivéssemos uma relação ao que chamamos o grande Outro. É com ele, com efeito, que se realiza essa troca primeira, primordial, a “pura-troca” se ousa dizer, que vai estar no princípio do acesso ao gozo fálico, ao gozo sexual, que vai constituir o padrão dos outros gozos objetivos possíveis; finalmente, quase todos virão sempre se referir a esse, quase todos virão tomar seu preço dele. Ora, acontece que essa troca com o grande Outro é uma troca que apesar das figurações imaginárias que dela podemos fazer a propósito da famosa “libra de carne”, tem a propriedade de ser simbólica; ou dizendo de outra maneira, isso foi muito bem dito, e cuidadosamente, pela maneira como a religião cristã pôde falar dos ricos. Vocês poderão pagar tudo o que quiserem, gastar tudo o que quiserem, se esse pacto não foi concluído, não foi enodado, tudo isso não lhes servirá para nada, vocês não poderão se reabilitar novamente, qualquer que seja o preço que em seguida vocês queiram dar; quer dizer, com a instância fálica, nos encontramos diante do que é ao mesmo tempo o padrão dos valores, mas o que

ao mesmo tempo tem o paradoxo de não se prestar para negociação. Vocês poderão estar em falta em relação a esse gozo de maneira diversamente sintomática, e poderão fazer o que quiserem no campo da economia de mercado, não é isso que vai poder absolutamente recolocar vocês numa posição correta. É muito evidentemente nesse ponto bem preciso, essencial, pois reintroduz em nossa definição o que se achava abolido, quer dizer o sujeito do desejo, não o sujeito, o indivíduo, das ciências do homem, mas o sujeito do desejo, é bem nesse ponto essencial, nessa fina falha diferencial, que a psicanálise intervém e tem sua palavra a dizer sobre a economia, sobre o processo da troca e sobre o que se chama “a economia de mercado”. Ela tem tanto mais sua palavra a dizer, quanto afinal de contas reencontra sua especulação, “o organograma” inconsciente, na clínica, em seus pacientes, e sob a forma mais pura no que se chama “a neurose obsessiva”, pela qual não é por acaso que justamente terminei por me interessar este ano. Há, na economia subjetiva do obsessivo, todos os impasses próprios à economia de mercado. O neurótico queria que sua “libra de carne”, ou em último ou em primeiro recurso pouco importa, sua merda assim cedida ao Outro, pudesse ao mesmo tempo liberá-lo e constituir o padrão; que seja ela que faça a unidade, que faça o valor, e no que diz respeito ao cálculo, à contabilidade da economia e da acumulação, podemos confiar no obsessivo, para nos dar a razão subjetiva da maneira como a economia de mercado pode chegar socialmente a impor e estabelecer sua ordem, quer dizer, uma espécie de obsessionalização da vida comunitária, da vida social. Está claro que nessa jogada, cada um toma efetivamente nesse momento seu justo valor, e não pode haver nada mais precioso que funcionar como uma unidade, quer dizer, como uma merda.

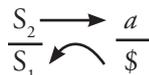
O problema que pode nos interessar, e J.P.Hiltebrand o abordou muito bem, concerne ao discurso do capitalista e particularmente à maneira como ele teria vindo substituir o discurso do mestre. Como seria hoje portanto o discurso que organiza o jogo social, aquele que rege a economia do mercado? Para nossos ouvintes não psicanalistas lembro aqui a escritura dos quatro discursos fundamentais segundo Lacan:

Discurso do mestre

impossibilidade

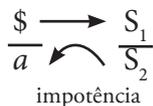


Discurso da Universidade



impotência

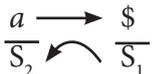
Discurso da histórica



impotência

Discurso do analista

impossibilidade



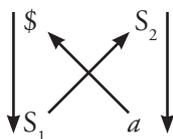
Os lugares são de:

$\frac{\text{o agente}}{\text{a verdade}}$ $\frac{\text{o outro}}{\text{a produção}}$

Os termos são:

$\left\{ \begin{array}{l} S_1, \text{ o significante mestre} \\ S_2, \text{ o saber} \\ \$, \text{ o sujeito} \\ a, \text{ o mais-de-gozar} \end{array} \right.$

O discurso do capitalista, se escreve assim:



Consideremos o discurso do mestre: o mestre se autoriza de quê? O que é que faz com que ele venha tomar esse lugar? Ele não se autoriza de nada além de seu nome, quer dizer, de um puro símbolo: “eu sou o mestre”. Ele não precisa para isso de nenhuma realidade; pode ser eventualmente um mestre pobre, falido, é um mestre assim mesmo. Passo adiante de todos os romanos que puderam desenvolver esse tema. Ele permanece “o mestre”. O que se produz com o discurso do capitalista, é que o que vem no lugar, , é o quê? É o sujeito da fantasia, é o sujeito do desejo, é o sujeito, se assim ousa dizer, a quem falta tudo, pois é o caso de dizê-lo, mas sob qual condição pode ele se manter nesse lugar? Pois ele não pode se prevalecer de seu nome; ele não pode também sob o modo histórico, se prevalecer somente de seu sintoma, quer dizer, do fato de que este faltaria. “Olhem minha aflição, então venham trabalhar para mim”. Não é assim

que funciona; ele se autoriza então de que, esse \$, quando vem em posição mestra? Ele se autoriza precisamente do que vai extrair de S_2 , quer dizer, do objeto a , e que ele vai acumular. Quer dizer que é a posse desse “bem”, que vai de certa forma fundar sua autoridade. Ele comanda porque “tem com quê”, “ele tem os meios”, e diante dele, “não tenho a escolha”, “sou bem obrigado a passar por isso se quero viver, é preciso que eu passe por suas regras, por suas leis”; por outro lado, seu apetite, como sabemos, é insaciável. Não há capitalista que possa dizer que num determinado número basta, que ele está tranquilo e satisfeito, isso seria fazer uma injúria ao jogo capitalista.

Então qual é a diferença que isso introduz para aquele que está em posição de Outro? É sempre S_2 num e noutro caso; mas quando S_2 está situado no discurso do mestre em lugar do Outro, por que se interessa o mestre em S_2 ? O mestre se interessa por S_2 enquanto S_2 . Que seja por sua operação de mestre para fazer com que ele produza alguma coisa, que ele produza um objeto a , isso é de acréscimo; é efetivamente um mais. Mas o que interessa ao mestre é S_2 , S_2 enquanto corpo se poderia dizer, enquanto que o que interessa ao capitalista em S_2 , é o que pode extrair dele, quer dizer, a mais valia. O mestre evidentemente, deixa à mais valia a oportunidade de se produzir, mas não se pode dizer que ela constitua o sal de sua vida; ela constitui simplesmente um meio entre outros de seu conforto e de seu estatuto, nada mais. O mestre pode se contentar com um certo bem limitado enquanto que, para o capitalista, S_2 não conta senão enquanto produtor desse objeto a , quer dizer enquanto é possível extrair esse objeto dele. Quer dizer, o Outro só lhe interessa enquanto objeto pequeno a . É uma diferença que não é negligenciável no estatuto dos personagens. Eu poderia aqui fazer uma digressão a propósito de um problema sobre o qual acredito que, estranhamente, os economistas não acham grande coisa a dizer, e sobre o qual justamente, os psicanalistas poderiam adiantar algumas observações; é um ponto que veio à discussão numa das últimas reuniões de *“l’Eclat du jour”*. “O que é que faz com que no Japão, a sociedade que atualmente surpreende, tenhamos uma sociedade manifestamente de tipo capitalista e que parece funcionar sem sintoma? Quer dizer que ela remete o sintoma para as outras. As outras têm que se virar com o fato

de que para os japoneses, a passagem ao regime capitalista efetuou-se conservando todas as tradições culturais e modificando pouco o laço social, quando a relação de explorador a explorado veio substituir a relação de suserano a vassalo ou a servo. Ela parece funcionar num êxito e num bem estar interior que surpreende. Se diz então: “Mas como é que eles fazem? Precisaríamos ter a receita”.

Por que funciona tão bem? Funciona bem porque os japoneses conseguiram fazer funcionar uma economia capitalista no interior da estrutura do discurso do mestre, o que quer dizer que efetivamente nada mudou nas tradições, na cultura, e mesmo nos modos de gozo. Isso surpreende e se diz então: “No Japão, quando um empregado é aceito numa grande empresa, verdadeiramente ela torna-se para ele como uma família, lhe asseguram que será conservado pela vida toda, e não conhecerá o desemprego...etc. As relações são quase paternas, ele não vai tirar todas as suas férias, e vai querer utilizar uma boa parte para ficar na fábrica e mostrar ao seu patrão o quanto a ama e o quanto ama seu trabalho”. Não temos nenhuma razão para pensar que isso é uma mentira, um abuso, pois tomamos conhecimento que vai ser preciso que o estado japonês tome medidas para obrigar os cidadãos, primeiramente a tirarem mais férias, e segundo, a consumirem mais, porque senão a América poderia se queixar. Vai ser necessário portanto consumir mais. Seria inteiramente tentador esse tipo de operação, e marcar portanto que ao mesmo tempo o interesse do mestre por seu servidor, concerne efetivamente à mais-valia, é claro, mas que o servidor é antes considerado primordialmente como um servidor, quer dizer, como um homem. Ele tem o estatuto de servo, ou dizendo de outra forma, o mestre se sente no dever, no encargo de mantê-lo em suas próprias terras, quer dizer, na fábrica, até o final de seus dias e de mantê-lo com honorabilidade, pelo menos com um mínimo de decência e de bem estar. Há deveres recíprocos, que não têm nada a ver com aqueles que funcionam na economia propriamente capitalista.

Há certamente pessoas que não têm acesso a esse estatuto quase nobiliárquico de ter um emprego numa grande empresa, que são todos aqueles que atuam na empreitada, que são subpagos, que não têm absolutamente essa garantia, mas parece, em todo caso, que o Japão terá tido o privilégio, por razões que não conheço e que

não importam aqui, de ter podido inscrever uma economia de tipo capitalista no seio de uma sociedade, de uma ética de tipo feudal, o que assegura o gozo de uns e de outros.

Ora, evoquei há pouco o problema da troca com o Outro. Essa troca passa por quê? Ela passa evidentemente pelo que é esperado do Outro, do Grande Outro, quer dizer, pelo fato de ser batido. O problema é de saber, e a margem é estreita, se esse golpe recebido do Outro vai oferecer um gozo sexual ou vai de certa forma restringir o gozo atribuído somente aos golpes, quer dizer ao masoquismo. Essa manhã eu evocava muito rapidamente o seguinte fato: é que a despeito do emburguesamento dos costumes como se diz, o sexo, o contrato, – não falo do contrato de casamento que pode evidentemente ser submetido à economia de mercado, mas do contrato sexual que deixa lugar para o desejo, – escapa à economia do mercado, quer dizer, faz apelo a uma relação ao grande Outro, cujo custo e também golpe* viria organizar o encontro não somente no dispositivo masoquista que é próprio à economia de mercado, mas preparando essa estreita franja que é a do gozo sexual. Tive ocasião de ouvir, nos anos pós-sessenta-e-oito, alguns de seus protagonistas reclamarem, terem por reivindicação, e eles queriam que isso se difundisse evidentemente, que isso se tornasse uma reivindicação social, reclamarem que as mulheres no lar tivessem o benefício de um salário que seria pago pelo Estado...É uma reivindicação muito interessante. Será que ela lhes agrada? E se vocês dizem “sim” ou se vocês dizem “não” seria necessário que dissessem porquê. Já havia o que se chama as “alocações familiares”, agora é a gratificação pelo terceiro, pois é preciso um terceiro; aliás isso tem consequências imediatas sobre a natalidade, como vocês sabem, e agora estamos aumentando novamente. Se esse salário dado pelo Estado, essa transformação da mulher de esposa em funcionária não lhes agrada, é preciso dizer porquê.É tanto mais interessante que seriam os solteiros que forçosamente pagariam, pois só poderia ser com um imposto tomado do conjunto da população. Portanto aqueles a quem isso custaria, pois os que estariam casados finalmente reencontrariam, recuperariam uma grande parte do que pagam, seriam os solteiros, bem feito para eles! Suponho, portanto,

* *Coût* (custo) e *coup* (golpe) são homófonas (N. da T.).

que isso não lhes agrada inteiramente. Por quê? Porque de maneira clara isso transforma a relação, o contrato sexual, em contrato de trabalho, o que vem de certa forma quase interditar o gozo sexual, e isso quer dizer que não haveria nele senão golpes e sofrimento para receber. “Vamos, ao trabalho! Outra coisa de jeito nenhum! É um trabalho como um outro”. Isso não significa especialmente abrir um acesso mais livre ao gozo sexual.

Em resposta à fórmula da economia de mercado: “tudo é valor de troca”, observei que há um valor de referência que escapa disso. Será que é sempre verdadeiro? É aí que isso vem justamente se enodar com a possibilidade do que acabo de evocar dessa medida altamente social. A economia de mercado procura efetivamente, e seu objetivo só pode ser esse, que tudo que lhe escapa venha funcionar como fonte de benefícios possíveis, fonte de negócios possíveis. Um novo produto, sobretudo esse, é evidentemente muito interessante, e é por isso que não podemos de forma alguma ficar surpresos se vemos que o fato de ter filhos é susceptível de ser tomado na economia de mercado. Se poderá reunir todos os comitês de ética que se queira, todos os sábios que se queira, será extremamente difícil escapar disso por causa da mundialização da economia de mercado. Pode sempre haver pessoas que editam alguma coisa, que cedem à pressão de uma população e que tomam medidas legais quando o dispositivo na casa do vizinho explode, resta que há uma pressão, é preciso estar na corrida. As crianças, vamos procurá-las em outro lugar. É claro que não é a mesma coisa de quando há uma bolsa, de quando está estabelecido e que há valores, ainda não chegamos lá e não tenho certeza que chegaremos... Isso é para mostrar que a economia de mercado em sua finalidade não depende seguramente de seus protagonistas, de suas boas ou más intenções, mas dos princípios que a regem. É também um ponto que eu tinha me permitido ressaltar quando, por exemplo, no campo monetário, foi suprimido todo padrão de referência, como foi o caso em 1973, quando a administração Nixon separou o valor do dólar do padrão-ouro, o que fez com que o dólar se tornasse uma moeda flutuante como as outras, como sabemos agora e como sentimos todos os dias. Essa supressão do padrão efetivamente tem consequências importantes. Primeiro econômicas, a agitação dos

mercados a que assistimos, que os economistas se arranjem com isso. Há vozes aliás para reclamar o retorno a um padrão mas, como acabo de dizer há pouco, como isso permite fazer um outro tipo de negócio, não penso absolutamente que esse retorno será aceito enquanto essas consequências permanecerem suportáveis. Mas há também consequências subjetivas. O fato de que não haja mais nada que constitua referência última, nada que seja unidade de valor, pois a própria unidade de valor está agora também submetida à flutuação, produz um dispositivo que é efetivamente o triunfo do objeto pequeno \$a\$, do objeto caro ao obsessivo, na medida em que o que faz seu valor não é mais nada senão a concorrência exercida num tal momento por um certo número de parceiros em torno dele. Aí está o que decide, em último recurso; de certa forma são os leilões permanentes, mas sem que haja mais nada que possa fazer referência. É preciso bem imaginar que um tal sistema não pode deixar de repercutir em nossa economia libidinal.

Em relação a isso, para dizer a verdade a toxicomania é o triunfo e a verdade da economia de mercado. O fato de que existe um objeto, um objeto fabricado, susceptível de anular todo gozo outro que não aquele que ele oferece, susceptível por outro lado, de provocar o que se chama “esse estado de dependência” que faz com que não seja mais possível prescindir dele, que uma vez que se provou, se adotou e para sempre, isso é muito exatamente o ideal, se assim posso dizer, de todos aqueles que se arriscam a lançar produtos no dito mercado, ou seja, a encontrar o que seria susceptível de tomar esse lugar. Ora não sei se eles calculam exatamente que esse produto existe. Nós o denunciemos como sintoma mas sem dúvida com uma certa inabilidade; mesmo do ponto de vista ético, temos dificuldade em nos situarmos quanto a isso, e a crítica nos é feita facilmente: “Em nome de qual ordem, vocês vão me impedir de gozar como entendo, e mesmo de morrer como me agrada? Que direito vocês têm sobre o meu gozo e sobre o meu corpo? Não tenho eu a livre disposição deles? Em que isso diz respeito a vocês?” E sabemos efetivamente como, nesse registro, se surpreende facilmente a falha da argumentação médica e de seu justo fundamento.

Para concluir, se reconhecemos portanto que não se trata mais exatamente do discurso do mestre, pois, mesmo no Japão, é apesar de tudo para fins capitalistas que ele funciona, será que vamos aceitar que o que nos faz avançar, é hoje o discurso do capitalista, com \$ em posição de mestre? É preciso somente considerar bem o que dá essa autoridade a \$, pois para dizer a verdade, se vocês querem “se apresentar” no mercado para funcionar como mestre, é preciso que tenham capitais. Se não têm, vão procurar emprego em outro lugar! Vocês não têm verdadeiramente a escolha; se querem funcionar como patrão, é preciso ter com quê. É preciso ter a conta no banco, ou o crédito bancário, e isso quer dizer o quê? Isso quer dizer que o que comanda hoje nesse lugar mestre é o objeto pequeno *a* e, aliás, podemos tanto menos ficar surpreendidos quanto a escritura mesma da fantasia \$ $\diamond a$) nos ensinou a saber de que maneira o sujeito pode se eclipsar em relação ao objeto. Há uma reversibilidade, e é isso que a punção vem de certa forma escrever na fórmula da fantasia. O que hoje faz o discurso do capitalista, é pequeno *a* em posição mestra. Ah! Pois é o caso de dizer! Eis aí que começa a ser um pouco aborrecido porque...e nós! e nós! Essa escritura é uma pura montagem, um puro artifício gráfico do qual seríamos inábeis manipuladores ou será que o que afirmamos não tem a mínima consistência? Por outro lado, não podemos escrever nossas letras em qualquer ordem, quer dizer, que temos boas razões para sustentar que o que vem no lugar do Outro, é efetivamente S, como no discurso psicanalítico. É pequeno a que hoje comanda o sujeito do desejo. Então como podemos compreender isso? Será que não teríamos que considerar que teria havido algo como uma passagem ao ato, o discurso psicanalítico vindo funcionar como regente da vida social? Mas numa passagem ao ato, quer dizer, sem ter absolutamente sido interpretado, e ao mesmo tempo, e aí é que está o problema, sem nem mesmo se prestar à interpretação? Lacan diz da passagem ao ato que ela é “uma análise sem transferência”. É efetivamente o sentimento que dá o funcionamento da economia de mercado; o que comanda é a mais-valia, é o objeto pequeno *a*, eis justamente o que comanda o sujeito, é isso mesmo que o sujeito do desejo aspira, mas isso que se tornou ao mesmo tempo inanalísável. A questão, – e é por isso que não é inteiramente arbitrário que

consintamos em nos meter muito modestamente tentando ver se os economistas podem nos esclarecer sobre isso, porque isso concerne ao mesmo tempo à nossa prática, – a questão é: é possível haver lugar para a psicanálise num tal funcionamento, é possível que ela tenha seu mérito e mesmo que ela tenha sua possibilidade? Alguns se queixaram de que a psicanálise não estava mais no lance, que era coisa retrógrada, boa apenas para Viena e de uma eficácia hoje bem relativizada. Será verdade? Não sei, não sei, isso não me parece nem seguro, nem evidente, mas se fosse efetivamente verdadeiro, se veria o lugar onde isso se decide com a ajuda do que estou lhes propondo.

Isso deveria portanto nos levar ao mesmo tempo a refletir sobre o que nos é deixado como possibilidade de intervenção, se é que há uma, pois diante de uma passagem ao ato que fazemos? Que faz o analista? Havia uma prática de Lacan, que foi um escândalo e que merece contudo que se reflita acerca dela. Talvez tenha sido um escândalo para nós também, aliás. Quando havia pacientes afortunados, que fazia ele? Ele os fazia pagar mais. O problema não está no fato de fazer pagar mais, é “o mais” que está em questão. Ora, não sei se se observa bem que os objetos que atualmente estão em posição superior em nossa economia de mercado, são os *objetos plus**. O que é um *objeto plus*? Fala-se muito do declínio da siderurgia, do declínio das minas de carvão, do declínio da indústria pesada, de tudo o que constituía o essencial de nossas atividades tradicionais. O que o mercado faz agora são objetos mais sutis, exigindo pouca matéria prima, mas sobretudo tenacidade, inteligência, tudo o que faz o valor agregado, são *objetos plus*.

Esses *objetos plus*, são objetos cujo preço é atribuído somente pelo valor de troca. Eles abolem o trabalho que de outra forma nós teríamos que realizar. A audição de um concerto em minha casa, por exemplo, em condições auditivas tão boas quanto as que eu teria indo a uma sala de concerto, suprime toda a atividade intermediária que teria sido necessária para obter o gozo final do objeto. No caso mais comum, para se gozar de um objeto, é preciso ter feito um esforço, ter trabalhado um pouco. Evidentemente, posso trabalhar

*Objetos *mais*. Conservamos no entanto a palavra francesa *plus*, que é utilizada em muitos objetos à venda no Brasil (N. da T.).

no que se chama “os lazeres”, eu vou andar de bicicleta para nada, vou fazer atividades físicas para nada, mas vemos bem que esse é um outro modo de gozo, eminentemente narcísico aliás, que não é mais o gozo do objeto obtido ao preço de um esforço, é o gozo do corpo enquanto tendo fornecido esse esforço, não é exatamente a mesma coisa. Portanto, o que faz hoje o valor dos objetos, é o fato de serem *objetos plus*. Isso tem um equivalente na vida sexual. São objetos, se assim posso dizer, que de certa forma são simétricos ao que chamarei “a ejaculação precoce”, não é preciso se fatigar. Por que vocês querem ter todo esse trabalho, correr o risco de ter uma dor nos rins, não é mais econômico assim? Da mesma forma que para o tempo passado. Evidentemente é bastante estranho, mas acredito que a equivalência se impõe facilmente.

Tudo isso vai me permitir dizer algo sobre a questão da Taxa de Valor Adicionado enquanto inaplicável à sessão de psicanálise. Cada um de nós apreenderá facilmente a razão disso. Na operação psicanalítica, não se trata de acrescentar valor ao que quer que seja, nem a ninguém. Será que isso quer dizer que se trataria, ao contrário, de retirar? Também não se deve exagerar. O que se pode dizer, é que aquilo de que se trata na operação psicanalítica, é de se exonerar, é de ter uma idéia clara em relação ao que faz o valor. Pode-se então sustentar que essa operação é uma prestação de serviço? É tanto mais difícil de avançar, é claro, quanto aquele que trabalha nisso é o analisante. Acredito que essas poucas referências, essas reflexões concernindo justamente a maneira como a operação psicanalítica não vem de certa forma produzir nada que seja da ordem do valor no curso do processo, mas que ela vem somente ficar em regra diante do que faz o valor, é ao mesmo tempo o que por essência a desqualifica para figurar entre as prestações de serviço. Se alguma coisa devia valer diante da administração fiscal que se dedica hoje a querer fazer certas categorias de psicanalistas pagarem o I.C.M.S., este seria portanto um argumento de fundo que seria do maior interesse para nossa prática fazer reconhecer e homologar como tal, e que permitiria ao mesmo tempo, efetivamente nos distinguir de todos os prestadores de bens. Acredito que na operação analítica, o objeto pequeno \$a\$ pode perfeitamente vir como objeto de produção, mas acontece que é o

lugar inteiramente original onde ele vem revelar seu valor, quer dizer, onde atrás da multiplicidade dos objetos que vêm ocupar o campo de nossa vida cotidiana, ele vem revelar, ele vem dizer, o que é o objeto último de nosso desejo; quer dizer que retroativamente, ele vem de certa forma agir sobre nossas relações ao valor. Não se pode portanto dizer exatamente que não haja alguma coisa de produzido. Há mesmo produzido, se assim posso dizer, em sua pureza maior, esse pequeno a que é o lugar mesmo onde o valor se anula. Quando Lacan diz que o dinheiro é o significante mais aniquilante que há, ele não diz outra coisa senão que é o lugar onde todas as significações se anulam. É a operação onde se acha enfim dada a resposta à questão do ser, esse famoso “Que sou eu?”. Recentemente se falou muito de Heidegger, e me parece que a questão colocada pela sua biografia é acessória em relação ao fato de saber se sua filosofia era uma filosofia homogênea ou não com o nacional-socialismo. É o que me parece importante. Em todo caso, no que concerne a essa famosa questão do “Que sou eu?”, a psicanálise responde admiravelmente da mesma maneira que a economia de mercado, ela diz: “Eis aí o que tu és”. Mas o que a psicanálise diz a mais, é que você não é absolutamente obrigado a parar aí, quer dizer que nada lhe impede de considerar porque e no lugar de que, isso vem funcionar dessa maneira. Ou seja: “O que é que você vem obstruir aceitando esse destino?” No que me concerne, não tenho absolutamente a preocupação de encontrar a menor solução; não acredito que seja, aliás, o propósito do psicanalista. Este não poderia absolutamente se por nesse lugar que eu evocava de saída, ou seja, no lugar desse olhar que teria a faculdade de contemplar o planeta de uma só olhada, e que queria fazer reinar nele a ordem ou a harmonia. Isso é portanto uma primeira observação.

A segunda observação concerne a um ponto que não é talvez exatamente apreciado como convém, é que o discurso do capitalista é o discurso do humanismo. O que isso quer dizer? Isso quer dizer alguma coisa de muito preciso. O discurso do humanismo quer dizer que todos os homens têm um valor, um valor extremo e mesmo não é somente que eles tenham valor, mas é que eles têm o valor, pois o que é dissimulado na fórmula que eu evocava há pouco, “produção e distribuição”, é que não se trata de produzir bens, trata-se de extraí-

los daqueles que possuem esse valor. Eles é que são produzidos no negócio, ou seja, mercadorias, isso é no máximo acessório, mas não se observa bastante que o que interessa em primeiro lugar ao capitalista, não é a natureza, não é o mundo físico, é seu semblante na medida em que tem um valor, e que graças a ele vai extrair uma acumulação de capital. Portanto esse humanismo que é tão habitualmente preconizado, pregado, vem inteiramente se amarrar com esse discurso do capitalista, e se vê bem também como esse discurso do capitalista torna possível a psicanálise, o que quer dizer, ao mesmo tempo, “se tenho um valor, mas o que é que eu tenho mesmo”? Quer dizer, “o que é que tenho que me é reconhecido e que me possui, eu o possuindo, e ele me possuindo”? Trata-se de um encaixamento recíproco, e a impossibilidade que pode então ser evocada se decide simplesmente nesse tempo marcado pela passagem de \$ da posição mestra ao outro lado, o de *a* (pequeno *a*). Isso não quer dizer que a reversibilidade não seja possível pois ela é dada desde o início. Como salientava Lacan, não se vê, com efeito, como o discurso do mestre poderia tornar possível o discurso analítico se não houvesse o discurso da histórica.

Se quis também assimilar a psicanálise ao que seria um ensino dado por tipos de “professores” privados. Mas o próprio analisante sabe perfeitamente que ele não vem para adquirir alguma coisa que lhe valeria um acréscimo de valor. É antes da operação inversa que se trata na psicanálise. Pode acontecer entretanto que ele estime por essa experiência ter adquirido um certo preço e que ele sonhe em rentabilizá-la no mercado. Sabemos que é uma das fantasias que podem animar uma análise, mas sabemos também que, se é a fantasia última, a análise vem se deter aí irreduzivelmente e que é ao mesmo tempo o impasse. É dizer da importância que se liga à manutenção de uma posição justa na matéria, na falta de que podemos estar seguros de que seria uma das maneiras de tornar a psicanálise muito difícil. Se essa argumentação é, como penso poder dizer, corretamente articulada e fundada em razão, disso resulta que a psicanálise é com efeito uma atividade inteiramente original, que não deve ser assimilada fiscalmente nem à dos videntes, nem à dos professores do ensino privado, e ainda menos à das prostitutas. Importa portanto dar o testemunho de que essas atividades devam ser

separadas dela por razões fundamentais que ligam-se à especificidade da psicanálise. Não se trata nem de um capricho, nem de se esquivar diante do fisco; trata-se ao contrário de saber se nossa sociedade deseja que seja mantida a possibilidade da psicanálise, ou ao inverso, deseja vê-la tornada impossível.

Sobre o autor

Psicanalista, membro fundador da *Association Freudienne Internationale*. Foi diretor de ensino da *Escola Freudiana de Paris* e responsável pela revista *Scilicet*. Autor dos livros “Novos Estudos sobre a Histeria” (Artes Médicas, 1985); “Estrutura lacaniana das psicoses” (Artes Médicas, 1991); “Alcoolismo, Delinquência, Toxicomania: uma outra forma de gozar” (Escuta, 1991); “Imigrantes: Incidências subjetivas das mudanças de língua e país” (Escuta, 1992); e “Novos Estudos sobre o Inconsciente” (Artes Médicas, 1994). *Ágalma* publicou os seus seguintes textos: “Casa Grande e Senzala”, in *Lacan e a formação do analista no Brasil* (1992), “Associação”, in *Dicionário de Psicanálise – Freud & Lacan, vol. 1* (1994) e “A Infância do Sintoma” in *Neurose infantil versus Neurose da criança* (1997).